

Crise, Atenção Primária de Saúde e Enfermagem: reflexão e ação para novos modos de produzir saúde

Crisis, Primary Health Care and Nursing: reflection and action for new ways of producing health

Crisis, Atención Primaria de Salud y Enfermería: reflexión y acción para nuevas formas de producir salud

Helena Maria Scherlowski Leal David 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

O processo de envelhecimento populacional tem ocorrido de maneira acelerada em diversos países, incluindo o Brasil¹. Essa alteração no perfil demográfico reflete em novas demandas a serem enfrentadas pelo setor de saúde, visto que nessa faixa etária, de maneira geral, é possível identificar maior número de morbidades, incapacidades funcionais e a necessidade de acesso aos serviços mais especializados e de maior custo².

O acesso aos serviços de saúde influencia a dinâmica demográfica, com impactos positivos sobre a mortalidade e a expectativa de vida, podendo ser considerado um determinante fundamental da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico³. Já sua utilização é multicausal e está relacionada aos fatores individuais e estruturais, assim como aos aspectos do ambiente social, que exercem um papel fundamental na demanda direcionada aos serviços de saúde^{4,5}.

Assistimos e vivenciamos, neste ano de 2020, imensos desafios no setor saúde, primariamente aqueles determinados pela emergência de uma pandemia viral cujos contornos epidemiológicos e clínicos ainda estão sendo mapeados pela ciência, mas cujos impactos sociais, econômicos e políticos são mais do que evidentes no nosso dia a dia. Para a enfermagem, em especial, tem-se o desafio adicional de enfrentar esta questão tanto do ponto de vista do cuidado individual e coletivo às pessoas de alguma forma atingidas, como enfrentar seus próprios medos e inseguranças, relativos aos riscos ocupacionais dos que lidam diretamente com as pessoas infectadas, e aos desafios de incorporar novos conhecimentos e habilidades para o cuidado¹.

No momento, estamos também tomados pelo debate sobre a eventualidade de termos uma vacina com eficácia e segurança suficientes para conter a evolução da pandemia e produzir um grau de imunidade coletiva que nos tranquilize quanto à capacidade de prevenir e cuidar. E, como pano de fundo, uma grave crise econômico-financeira mundial, que já se anunciava há alguns anos, num efeito potencializador de problemas, cada vez maiores, mais numerosos e mais complexos, sendo que as soluções de curto e médio prazo se diluem num horizonte de incertezas e de polarização política em torno de projetos de país e de desenvolvimento².

Para a enfermagem brasileira, este tempo tem sido de ação – intervir para salvar vidas, para seguir formando enfermeiros com base nas novas estratégias do ensino remoto, e mesmo no presencial, adotando novas regras de segurança. Intervir também para educar a população, não apenas a respeito de procedimentos técnicos preventivos ou cuidados específicos, mas também para uma compreensão ampliada de saúde que deixe claro que há responsabilidades urgentes a serem assumidas pelos governantes, e que estas não podem se basear em achismos ou opiniões, mas sim nas melhores evidências científicas disponíveis, a cada momento.

Uma das críticas que se tem tecido a respeito da capacidade de resposta dos governos diz respeito à centralidade, no enfrentamento da pandemia, no acesso a leitos de terapia intensiva, a respiradores, a insumos medicamentosos, enquanto o debate sobre o papel da Atenção Primária de Saúde fica restrito e menos visível².

A memória social a respeito da importância das ações de APS em um país diverso e marcado pela desigualdade social e econômica como o Brasil parece obscurecida. Temos de lembrar que, ao longo da última metade do século passado e até agora, desenvolvemos ações e estratégias consideradas efetivas e exemplares para o atendimento a diversas condições de saúde, com destaque para a atenção a pessoas vivendo com HIV/AIDS e a Estratégia Saúde da Família, sem mencionar o internacionalmente reconhecido Programa Nacional de Imunizações, dentre outras ações.

Não se trata apenas de conhecimento técnico. Um imenso cabedal informacional e de conhecimentos se produziu ao longo dos anos, numa perspectiva alinhada aos princípios do SUS – universal, gratuito, integral e equânime, ancorado no conceito ampliado de saúde como direito de qualquer pessoa dentro do território nacional. É com este espírito de servir à população, e de buscar atender a todas as suas necessidades de saúde – sentidas e/ou expressas – que a APS brasileira, que convencionamos denominar como Atenção Básica veio se aprimorando do ponto de vista da organização

de serviços e práticas, ainda que os modelos de financiamento, como no SUS em geral, sejam ainda considerados insuficiente. Ou seja, a APS possui, apesar de todos os problemas, capacidade de resposta por parte do estado às demandas e necessidades de saúde de um povo. E a enfermagem brasileira é parte importante desta resposta.

Vivemos um contexto de insegurança sanitária, financeira e política quanto aos rumos do país. Assistimos a vinda a público de propostas de mudanças nas políticas de saúde que visam o enxugamento de recursos para saúde, por meio de reconfiguração do modelo de financiamento afinado com uma concepção seletiva e focalizada de APS³. Da mesma forma, assistimos a uma recente publicação do Decreto 10.530, de 26/10/2020, sob recomendação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para estudar parcerias privadas para a APS, transferindo parte da gestão desta para o Ministério da Economia.

Estas se constituem, ao nosso ver, em respostas equivocadas e desnecessárias para os tempos que vivemos. Pelo contrário, o que este momento de grave crise vem mostrando é que quanto mais as respostas estatais são fortes, oportunas e coordenadas, melhor o desempenho dos países para o manejo da pandemia e diminuição da insegurança social⁴.

A enfermagem brasileira precisa examinar estas e outras proposições com olhar crítico, que considere todo o processo histórico da APS brasileira, seus acúmulos e sua potencialidade para cuidar e atender as necessidades em saúde da população, para além da atenção focalizada em doenças ou da produção de procedimentos técnicos. Chamamos a atenção, portanto, para a necessidade de ampliar o acesso às informações e aos debates que contribuam para a tessitura de novos arranjos institucionais e práticas de saúde, sem prejuízo das conquistas obtidas. O “novo normal” que se avizinha, ainda de contornos difusos, exigirá de nós solidariedade, organização e troca ampla de conhecimentos. Isto inclui, necessariamente, a difusão do conhecimento produzido por meio de publicações de artigos de pesquisa e reflexão que fortaleçam e qualifiquem amplamente o debate, tarefa que a Revista Enfermagem UERJ assume como um dos nortes do seu processo editorial.

Sem enfermagem não há sistemas de saúde. Da mesma forma, não haverá um “novo normal” sem uma enfermagem qualificada e informada para o desenho dos novos modos de produzir saúde.

REFERÊNCIAS

1. David HMSL, Acioli S, Silva MRF da, Bonetti OP, Passos H. Pandemia, conjunturas de crise e prática profissional: qual o papel da enfermagem diante da Covid-19?. *Rev. Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2021 [cited 2020 Oct 29]; 42(spe): e20200254. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472021000200702&lng=en. Epub Oct 19, 2020. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20190254>.
2. Rafael RMR Russo, Neto M, Carvalho MMB, David HMSL, Acioli S, Faria MGA. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? *Rev. Enferm. UERJ* [Internet]. 2020;2(28):49570. Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/49570/33134>.
3. Mendes A, Carnut L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. *SER_Social* [Internet]. 27º de janeiro de 2020 [citado 29º de outubro de 2020];22(46):9-32. Available from: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260.
4. Bittencourt RN. Pandemia, isolamento social e colapso global. *REA* [Internet]. 28º de março de 2020 [citado 29º de outubro de 2020];19(221):168-7. Available from: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827>.